



Tramitação Editorial:

Data de submissão

(recebimento): 10/08/2018.

Data de reformulação: 10/09/2018

Data de aceitação (expedição de

carta de aceite): 10/10/2018

Data de disponibilização no site

(publicação): 10/11/2018

Publicado: 2018-11-10

**A LÓGICA DO PODER, A HETERONORMATIVIDADE E O RACISMO: O
EPISTEMICÍDIO E A SUBALTERNIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE
REPRESSÃO E DE VULNERABILIDADE¹**

Jonas Rodrigo Gonçalves²

RESUMO

A lógica do poder se estrutura para segregar o que não atende ao padrão hegemônico e influenciará diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentará nas relações padronizadas de soberania e eugenia. Surge, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de

¹ Artigo como Trabalho de Aproveitamento da disciplina "Racismo, Epistemicídio e Necropolítica: impactos sobre as Éticas da Vida, ministrada pelo professor doutor Wanderson Flor do Nascimento, no programa de doutorado em Bioética da Universidade de Brasília.

² Aluno especial do doutorado em Bioética da Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania). Especialista em: Letras (Revisão de Texto); Formação em EAD; Docência no Ensino Superior; Didática do Ensino Superior em EAD. Licenciado em Filosofia e em Letras (Português e Inglês). Coordenador dos grupos de pesquisa: Políticas Públicas de Saúde e SUS (Unip); Direito e Políticas Públicas (Processus); Português Jurídico (Processus); Bioética e Políticas de Saúde (Faciesa). Coautor dos livros: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania (editora Processus); Direito e Políticas Públicas (editora JRG); Humanidade e Sociedade: aspectos antropológicos e sociais (editora Sena Aires); Políticas de Nutrição e Assistência Social (editora JRG); Ética Geral e Profissional: ensaios e reflexões (editora Processus). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>.

não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

RACISMO. HETERONORMATIVIDADE. PODER. EPISTEMICÍDIO.
SUBALTERNIDADE.

THE LOGIC OF POWER, HETERACTIVITY AND RACISM: THE SPENCER AND SUBALTERNITY AS STRATEGIES FOR REPRESSION AND VULNERABILITY

ABSTRACT

The logic of power is structured to segregate what does not meet the hegemonic pattern and will directly influence issues related to sexuality. Heteronormativity will be based on the standardized relations of sovereignty and eugenics. The logic of racism arises as justified by the role of not being attributed to blacks, blacks, pardos, Indians and the like. The idea of body and not of person populates the imaginary of modern thought. In this sense, this article aims to discuss the logic of power, heterormativity and racism, addressing epistemic and subalternity as strategies of repression and vulnerability.

KEYWORDS

RACISM. SEXUAL STANDARDIZATION. POWER. RACIAL PREJUDICE.
SUBALTERNITY.

INTRODUÇÃO

O poder constitui forte alicerce das relações que tendem à repressão. A lógica do poder se estrutura para segregar o que não atende ao padrão hegemônico.

Essa lógica da repressão influenciará diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentará nas relações padronizadas de soberania e eugenia.

Surge, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

A metodologia desta pesquisa pauta-se em pesquisa bibliográfica, visto tratar-se de um artigo de revisão de literatura. Dentre outros autores, constituem a base dessa discussão: Michel Foucault, Aparecida Sueli Carneiro e Achille Mbembe.

Esta pesquisa se justifica no campo pessoal por me considerar um pesquisador das ciências sociais que se incomoda e repudia as ideias de eugenia e de Epistemicídio. Para a ciência, constitui um contraponto a constantes fugas acadêmicas de se pensar o racismo em si. Para a sociedade, seu relevo se dá, por exemplo, por, no Brasil, sermos uma população de maioria negra (preta ou parda).

1.A LÓGICA DO PODER: ALTERIDADE E REPRESSÃO

Como pensar a questão da alteridade sob o prisma da ciência política? Qual a relação dessa fundamentação às ciências sociais? Por que caminhos entender a alteridade em questões como a repressão?

Não é difícil pensar hermeneuticamente a alteridade, não só pela vasta gama de possibilidades que o termo abrange em diversos níveis conceituais mas também, e sobretudo, pelas questões inerentes e bastante relacionadas com a alteridade, como, por exemplo, a diversidade.

Entendendo a diversidade em suas diferentes conotações e denotações, deve-se considerar tamanha vastidão quando do pensar possibilidades outras que não as sublocadas na própria diversidade da diversidade, ou até, diversidades das diversidades. Sabendo, portanto, da provável incapacidade de um estudo hermenêutico profundo, cabe, neste trabalho, a investigação de uma nuance apenas que evidencie clara a diversidade, ou, pois, a alteridade na diversidade, e especificamente a alteridade na diversidade sexual, entendendo o poder como possibilidade repressora.

O conceito de alteridade fundamenta a relação que permite ao outro respeitar o que se atribui a si, o que antropologicamente pode significar como um respeito ao outro em sua diversidade à medida que não se propõe qualquer possibilidade de etnocentrismo de posição ou de atitude. Sociologicamente, portanto, deve-se entender a alteridade como parte inerente ao processo das relações sociais, em todo o processo social. Percebendo-se como diversidade o fator de maior relevância em se pensando as partes na formação do todo, e, nesse sentido, do todo social, com grupos distintos, de pensamentos, língua, sexualidade, etnias diferenciadas. Cabe, portanto, às Ciências Sociais o posicionamento crítico que objetive questionar toda e qualquer possibilidade dogmática infundada cientificamente.

O poder, no decorrer de toda a história humana, apresentou-se como forma de repressão. Desde os momentos em que respaldava ações erradas de líderes políticos, até as situações em que padronizava a grande massa populacional por intermédio de um estatuto moral, poucas vezes não dogmático.

Michel Foucault (1987) resume a história da normatização em seus três primeiros capítulos do livro *Arqueologia do saber*. Há o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação:

A qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos, coloca-se o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação. Deve-se libertar, em primeiro lugar, de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado.

Para Foucault, a sociedade precisa se libertar da lógica verticalizada de opressão, a partir do uso de mecanismos de poder, uma vez que há um jogo de noções que diversificam, cada um à sua maneira, o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado.

Como se observou na citação acima, Michel Foucault, em uma espécie de análise do discurso, afirmando que deve haver a colocação do emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação para qualquer análise histórica, tanto para problemas teóricos ou de procedimentos.

Atenta para que haja uma libertação de um jogo de noções as quais diversificam o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado. E prossegue afirmando que a inquietação de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares se torna necessária. Afirma ser necessária a inquietação de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. Endossa a necessidade de deixar sob rasuras, ou seja, manter em suspenso, essas formas prévias de continuidade, isto é, todas essas sínteses que ainda não problematizamos e que deixamos valer em pleno direito.

Para ele, todo um domínio já encontra liberado, desde que estejam suspensas essas formas imediatas de continuidade. Há um intenso domínio, e, portanto, o poder evidenciado como forma de dominação social. Tal poder de domínio se constitui pelo conjunto de todos os enunciados efetivos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.

Gonçalves (2010) analisa a questão do poder em Michel Foucault:

Ele (Foucault) enfatiza a própria língua como um instrumento de dominação. Alerta que precisamos estar seguros de não a relacionar com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos e sim podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Ou seja, a constituição linguística dos idiomas possui termos carregados de simbologia e de ideologia de dominação. Prova disso é a ideologia racista, arraigada na Língua Portuguesa a partir do radical dos vocábulos “negro”, “preto”, “escuro”. Por exemplo, podem-se destacar as seguintes expressões ou frases: “isso denigre a minha imagem”, “a situação está preta”, “isso está obscuro” etc. Por que nunca se pensou em usar as expressões ou frases: “isso debranca a minha imagem”, “a situação está branca”, “isso está obclaro” para sentidos ruins ou pejorativos? Porque nossa sociedade está imbuída da ideologia racista aplicada ao vocabulário de nosso idioma pátrio, isto é, o idioma sendo usado como mecanismo de poder, submissão, opressão, verticalização ideológica, massificação.

Conseguindo se libertar de todos esses grupamentos (FOUCAULT, 1987), considerados como unidades naturais, imediatas e universais, podemos construir outras unidades. Ressalvando-se que não se poderá descrever, sem limites, todas as relações que possam vir a aparecer. Ele, então, dá continuidade a sua reflexão, já fazendo uma ponte com a questão do poder, a partir da ótica da teoria do conhecimento acerca da questão do saber e, por conseguinte, do aprender e apreender socialmente.

Sugere, quanto à língua e ao pensamento, o isolamento da instância do acontecimento enunciativo, não para disseminar a “poeira dos fatos”, mas para estarmos seguros de relacioná-la com operadores de síntese os quais sejam puramente psicológicos e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Esse ponto é crucial na filosofia Foucaultiana: o questionamento da regularização existente e das relações de poder que perduram por séculos, a partir da lógica dos interesses do Estado.

Propõe que, com a libertação de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos possibilidade de descrever outras unidades. A relação com as sexualidades plurais na ótica dessas diferentes unidades, embasadas na ruptura, faz-se pertinente neste momento, para embasar o segundo capítulo deste artigo.

Foucault (1987) chama de gramática ou de medicina enunciados que se apresentam como pertencentes a essas comunidades milenares. Elas incluem a economia política, a biologia e a psicopatologia. Afirma que o discurso médico sofreu lento depósito de todas essas alterações que nos conduzem até hoje ao limiar de uma nova medicina.

Até então, ele comenta dois grandes enunciados: a Gramática e a Medicina, evidenciadas como pertencentes a continuidades milenares. Agora, Foucault (1987) enfoca que essas grandes famílias de enunciados se impõem a nosso hábito, como forma e mecanismo de poder e dominação. Usa-se o idioma para disseminar a ideologia de preconceito com as sexualidades plurais. E usa-se a medicina para endossar tal compreensão, com base na sexualidade binária (homem/mulher), que será discutida posteriormente neste trabalho.

É essencial, neste momento de nossa reflexão, entender a noção de “regras de formação”, mesmo que de maneira simplificada, a partir de um levantamento das direções abertas e saber se podemos dar conteúdo a esta noção. Nesse sentido, o discurso, segundo Foucault (1987), é algo inteiramente diferente do lugar em que objetos que teriam sido instaurados anteriormente vêm se depositar e se sobrepor.

Se, em determinada época, em nossa sociedade, o delinquente foi psicologizado e patologizado, e, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, é porque, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Tais relações, conforme a ótica de Foucault (1987), atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos. E essas mesmas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização. E essas relações não estão presentes no objeto, não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise.

Alain Touraine (1990, p.215) diz que “os poderes autoritários têm a vontade de unificar culturalmente a sociedade para impor um controle absoluto a indivíduos e a grupos cujos interesses, opiniões e crenças são sempre diversos.” Ou seja, ele deixa claro que a tentativa de se unificar culturalmente a sociedade para um impor um controle absoluto é uma forma de o Estado manifestar o poder como forma de repressão.

Touraine (1990) faz uma reflexão interessante acerca do poder das crenças e das práticas religiosas em desejar unificar ideologicamente a população. Diz ainda que há os que impõem uma religião de armas na mão e que são tão repressivos como aqueles que querem estabelecer a ditadura da

razão. Tal fundamentação é interessante ao passo que dá margens à percepção das crenças e religiões como ferramentas sistêmicas de hierarquização ideológica. E são utilizadas há milênios como mecanismos de uso do poder como forma de repressão.

Para Touraine (1990), durante muito tempo, houve o isolamento da vida local que tinha protegido a diversidade cultural contra as ambições de um poder central cuja capacidade de intervenção era de fato muito limitada; foi quando a integração nacional e o poder administrativo se reforçaram, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a mobilização industrial, que o espírito democrático assumiu a forma de leis que protegem o pluralismo cultural. [...] Tal modelo nacional-democrático permitiu combinar, graças às liberdades públicas, o pluralismo e a unidade política.

Foucault (1987) encontra eco no pensamento de Touraine à medida que observa que as relações discursivas não são internas ao discurso, não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Quando há descrição da formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva.

Já Nietzsche (1997), a quem se poderia considerar o pai do existencialismo e do humanismo, enxergava a moral como um instrumento social de repressão, estando, independentemente do método – exposição oral ou interrogativa – em duas instâncias: escrava e aristocrática. Dizia também que o indivíduo vivia sob uma tensão de duas forças antagônicas: a cultural e a instintiva. Gonçalves (2010) aborda a lógica da repressão em Nietzsche:

A partir dele, entender a repressão e, especificamente, a moral como instrumento de repressão, percebe-se que o instinto, natural do ser humano, é na maioria das vezes cerceado por uma cultura de massa, geralmente repressora, que impede o homem – ser humano – de transcender ao que aí está, de instaurar o novo a partir de seus valores, por ele mesmo criados, de transgredir o que estiver estabelecido, de, então, se tornar um Super-Homem.

Assim, este Super-homem, ser que transcende a justificação moral que embasa a sociedade, que transgredir a normatividade do ser reprimido pelo poder, sente-se limitado diante de tantas imposições que lhe são feitas, e, para permanecer sendo o mesmo Super-homem terá de reescrever essa moral – até então aplicada à massa – transformando-a numa moral que dê também lugar à sua moral, duramente conquistada.

Significado tão abrangente reforça a tese de ser a moral forte instrumento repressor, como afirmava Nietzsche. Foucault (1997) fundamenta a mesma teoria da moral como instrumento repressor, utilizada pelo próprio poder e, pois, o poder como fonte de repressão claramente.

Para Foucault (1987), a multiplicidade dos poderes, entendidos como poderes políticos, só pode ser estabelecida e só pode funcionar a partir dessa unidade do poder, fundamentada pela teoria da soberania. E a ótica da teoria da soberania mostra ou tenta mostrar que um poder pode se constituir não exatamente segundo a lei, mas segundo uma certa legitimidade fundamental, mais fundamental do que todas as leis, que é um tipo de lei geral de todas as leis e pode permitir às diferentes leis funcionarem como leis. Gonçalves (2010) enfatiza a lógica da sujeição no âmbito da teoria da soberania:

Em outras palavras, a teoria da soberania é o ciclo do sujeito ao sujeito, o ciclo do poder e dos poderes, o ciclo da legitimidade e da lei. Na teoria da soberania, pressupõe-se o sujeito: ela visa fundamentar a unidade essencial do poder e se desenvolve sempre no elemento preliminar da lei. Para Foucault, há o Tríplice "primitivismo": o do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada. Ele quer mostrar como esse instrumento que a análise político-psicológica se proporcionou, há três ou quatro séculos, a noção de repressão — que mais parece copiada do freudismo ou do freudo-marxismo — se miseria de fato numa decifração do poder que se fazia em termos de soberania.

Foucault (1987) segue a reflexão a partir da discussão sobre a cidade operária como referência de entendimento desses mecanismos de poder. Ele faz uma reflexão sobre a cidade operária, enfatizando o recorte por indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce pela própria disposição espacial da cidade. Em outras palavras, ele está observando toda uma série de mecanismos disciplinares facilmente encontrados na cidade operária.

Reflete ainda que tais mecanismos são regulamentadores, incidindo sobre a população. Com a permissão social, há a indução de comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados à moradia, ou à locação dela, ou à sua compra. Sistemas de seguro-saúde, ou seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade e, portanto, sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os

cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. Logo, há os mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores.

Primeiramente Foucault (1987) fala da teoria da soberania, na qual a base é a relação de poderes a importante fundamentação da relação de sujeito e sujeitoado. Ora, pois, é, portanto, o poder o grande propiciador de uma situação de repressão, já que elenca o certo e o errado a partir de um estatuto próprio.

Em seguida, a discussão parte da cidade operária, específica do século XIX, na qual é forte a questão disciplinar, que passa a atribuir aos indivíduos muito de uma noção de regramento, tanto aos indivíduos quanto às instituições. A questão maior está no fato de o controle passar a existir em comportamentos, como afirma Foucault. Toda essa regulamentação tem o objetivo de instaurar mecanismos disciplinares.

E, em se tratando de regulamentação dos comportamentos, há pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação, como se vê ao final do segundo fragmento. Cabe aqui grande discussão e problema filosóficos: a repressão da sexualidade, sobretudo do que concerne à diversidade sexual, já que a dita procriação só se dá nas relações heterossexuais. E este é exatamente o tema do próximo capítulo, no qual se aprofundará a questão.

2.PADRÃO HETERONORMATIVO: VULNERABILIDADE E NÃO ALTERIDADE

No capítulo anterior, viu-se o poder como forma de repressão, com seu embasamento moral, e, portanto, uma moral repressora. Ao final do capítulo vemos clara uma fundamentação Foucaultiana da repressão da sexualidade, sobretudo no concerne à procriação, quando trabalha a questão da cidade operária e, nela, as relações de regulamentação e controle social. Em se tratando de uma apologia, desta cidade operária, da heterossexualidade, tornam-se imediatamente reprimidas toda e qualquer outra orientação afetiva e sexual que difira desse padrão que permite procriar.

De acordo com as várias posições de diversas religiões, fica complicado estabelecer uma linguagem única de apoio ou reprovação por parte das denominações religiosas, no entanto, a reprovação parece uma constante. É claro que essa polêmica aquece as discussões no campo jurídico, deliberando conquistas jamais vistas como, por exemplo, um adendo de lei — de preconceito — que considera crime inafiançável o xingamento de alguém que caracterize uma homossexualidade.

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, a lei atual sobre Parceria Civil entre Iguais não propõe um casamento ou matrimônio, mas sim uma união civil que garanta aos parceiros a legalidade que hoje já se tem no campo informal. A Lei de Curatelo, por exemplo, diz que quando um dos parceiros adoecer, o outro poderá visitá-lo e determinar suas visitas e procedimentos médicos, o que acontece hoje é que a maioria das famílias aproveitam-se da lei de Curatelo para impedir o parceiro de visita. Muitas vezes, quando esses mesmos familiares souberam da orientação ou opção do(a) filho(a), excluíram-no. Vale lembrar que a lei não é só para iguais, mas para enfermeira e doente sem família, por exemplo, e prevê a garantia de seguro de finado em caso de morte do parceiro.

Foucault (1987) fundamenta que se possa deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. Evidencia logicamente o quanto tais mecanismos de controle puderam intervir no tocante à exclusão da loucura, à repressão ou à proibição da sexualidade; como, no nível efetivo da família, do círculo imediato, das células, ou nos níveis mais baixos da sociedade, estes fenômenos, de repressão ou de exclusão, tiveram seus instrumentos, sua lógica, corresponderam a um certo número de necessidades.

Foucault (1987) teve por objetivo mostrar quais foram os seus agentes e procurar esses agentes não, de modo algum, no âmbito da burguesia em geral, mas dos agentes reais, que podem ter sido o círculo imediato, a família, os pais, os médicos, o escalão mais baixo da polícia, etc. Evidenciou como esses mecanismos de poder, em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começaram a tomar-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. E conseguiu mostrar facilmente que, no fundo, aquilo de que a burguesia necessitou, aquilo em que finalmente o sistema encontrou seu interesse, não foi que os loucos fossem

excluídos, ou que a masturbação das crianças fosse vigiada e proibida — mais uma vez, o sistema burguês pode suportar perfeitamente o contrário; o ponto em que ele encontrou seu interesse e pelo qual ele se mobilizou não foi no fato de eles serem excluídos, mas na técnica e no próprio procedimento da exclusão. Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem de vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a micromecânica do poder, que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse, e foi por isso que a burguesia se interessou.

Obviamente toda essa questão ideológica de Foucault encontra eco na situação política e econômica do contexto no qual escreveu seus pensamentos. Na atualidade, partidos como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) concordam que há uma relação do preconceito com o sistema capitalista: “O preconceito contra o homossexualismo está intrinsecamente ligado à natureza excludente e opressora da atual organização social e só pode ser definitivamente combatido com a desconstrução do capitalismo.” Acesso em: 11 dez. 2008. Disponível em <http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=1270&ida=0>

Convém ressaltar que a repressão da sexualidade é algo que acontece não só no capitalismo ou no sistema burguês. Tal prática é muito antiga e acontece, inclusive, em sistemas não capitalistas.

Prado e Machado (2008, p.12) dialogam com este posicionamento na medida em que refletem que, a partir do século XIX, o corpo e a sexualidade passaram a ser objeto privilegiado das políticas de controle e de moralização da vida social. Evidenciam que, articulados com um projeto de sociedade verticalizada e hierárquica, o corpo e o prazer se tornaram campos de luta e de debate político, revelando formas ideológicas de circunscrição de identidades sexuadas e de reconhecimento social.

Essa medicalização da sexualidade, através da aparelhagem de vigilância – especificados por Michel Foucault com micromecânica do poder, como literalmente mecanismos de exclusão, de proibição, de sufocamento, de delimitação, de imposição, de exaustão de toda e qualquer forma de manipulação, repressão, amputação, normatização – representam a repressão da sexualidade.

3.RACISMO: EPISTEMICÍDIO E SUBALTERNIDADE

Assim como se observou que as relações de poder se observam na questão da sexualidade, convém mencionar que se estabelecem de maneira contundente no âmbito do racismo. A lógica do poder e do poder como repressão se alimenta do racismo que faz negros, pretos e pardos subalternos, justificando-se nesse sentido todas as formas de violência a eles direcionada. Como aparece no texto “Crítica da razão negra”, que traz a ideia de raça como signo de qualquer subalternização da vida.

Para a Bioética, interessa entender a vida, para além da dimensão biológica, mas também epistemológica e política. Como base de nossa discussão neste capítulo, teremos o texto da Aparecida Sueli Carneiro (2005), o qual traz estéticas da vida e relações com essas vidas. A ideia de vida aparece como reflexão filosófica. Nesse sentido, interessa situar o racismo como constituinte da vida e do modo como lidar com ela.

A discussão racial interétnica aduz a emergência da noção de raça, no que tange às relações entre raça e vida, entendendo-se o racismo como imagens da vida. A introjeção do genocídio remonta como categoria fundamental dessas relações de como a vida e a morte se instalam na modernidade. Todos esses elementos, marcados por uma categoria hierárquica qualquer, partem de uma lógica que surge com o racismo.

O racismo ensinou o mundo a pensar dentro de uma lógica vital hierárquica. A raça é uma espécie de agenciamento da espécie humana, que se expressa no mundo moderno, e divide a experiência humana em mundos. Em algum momento da nossa história moderna, a raça passa por uma espécie de legitimação da natureza.

As abordagens de racismo fenotipado são problemáticas, porque causam aprisionamento histórico. Esse essencialismo histórico escapa das garras da biologia para um radicalismo histórico irreversível. Interessa-nos, então, uma noção de raça como cultura, nos encontros entre o oriente e seus outros, que acontece na expansão dos orientais.

Essa relação entre racismo e modernidade merece atenção. A maneira hegemônica de pensar é que o racismo é um acidente da nossa história, e uma

vez identificada essa falha, nós podemos desconstruí-la. No livro “Raças e Racismo: Platão a Derrida”, observa-se que as pessoas em geral reconhecem que há racismo, desde as críticas de Darwin. Hanna Arendt, uma das grandes teorizadoras do racismo no século XX, sai em defesa das teses segregadoras dos EUA.

Ao contrário disso, vê-se que o racismo é uma parte da modernidade, é a estrutura motriz da modernidade, ele oferece a gramática da modernidade, aqui entendida essa modernidade como nosso tempo presente, como nossa atualidade. A história positivista pensa desde a queda do império romano à modernidade. Com a ruptura das estruturas que colocaram o projeto urbano em declínio, a ideia de modernidade encontra-se ligada à ideia de progresso. O discurso sobre progresso é o grande ícone da modernidade.

Outra imagem muito importante é a ideia da racionalização das instituições: Estado, família etc. Essa racionalidade se organiza em função do progresso, é uma racionalidade binária em polos hierarquizados de uma maneira opressiva. Outra imagem importante está vinculada aos processos civilizatórios. Conceito caro para Bioética e Direitos Humanos.

Observa-se uma separação curiosa entre ser humano e animais, esquecendo-se de que somos animais. Qual o plano de fundo de entender essa metáfora da animalização do ser humano? O problema não é perceber que brancos são diferentes de negros, nem homens de mulheres, nem africanos de europeus, o problema são os valores agregados a tais diferenças. O homem para Foucault é uma invenção moderna, sendo que ainda vivemos essa experiência da modernidade.

Interessa-nos a vivência dos direitos humanos. Eles lidam como uma espécie de imagem da alteridade com a qual temos de ter cuidado. Essa imagem de alteridade que surge de homem, de ser humano, para pensar que esses outros humanos são sempre perigosos, ameaçadores etc., por isso a gente protege esse homem destes outros homens. Por exemplo, a imagem do muçulmano que precisa ser protegido, mas que tem que se ter cuidado com ele. A imagem do árabe antes era romântica, e isso povoava o nosso imaginário de maneira positiva; hoje a imagem do “homem-bomba” a ele está atrelada. Essa inversão paradoxal dos direitos humanos tem causado uma

desorganização internacional. Essa confusão se potencializa por tentarmos resolver os problemas externos em vez de resolver os internos.

Os europeus chegam para trazer a salvação, quem não quer ser salvo, morre. Depois o cristianismo vem trazer a imagem do capitalismo. Por fim, vem a ideia de democracia, e, se você não quer democracia, leva um tiro. A modernidade é um fato. Foucault odiava a ideia de pós-modernidade. Para Habermas, a pós-modernidade é a superação moderna das armadilhas da própria modernidade. Ninguém quer abrir mão do Estado, por isso é difícil entender a proposta da pós-modernidade fora da modernidade, uma espécie de pós-modernidade caricata, ou seja, o respeito às singularidades.

Não há como pensar Biopolítica sem pensar na discussão do racismo. A discussão racista é o problema original das teorias da Biopolítica. Foucault em “Em defesa da Sociedade” traz a ideia da Biopolítica e oportuniza entender o conceito de soberania. A tese de Carneiro (2005) se propõe a ser um diálogo com a hegemonia. Essa hegemonia que determina a alteridade como elemento de subordinação. Em que diálogo não é supor que o outro irá lhe ouvir, mas que existirá uma estratégia de comunicação. Para falar com o outro, de que lugar eu estou? Qual é o meu lugar? O “eu hegemônico ocidental” é a base da moral comum acadêmica.

Carneiro (2005) se apropria de partes do Foucault, e, em sua discussão do racismo, encontra em Foucault a discussão do poder. Elenca um segundo pressuposto: a questão da escravidão. Outro aspecto metodológico relevante é pensar a negritude, não como categoria, mas a negritude como um negativo do “eu” hegemônico. Negro foi criado como um não ser. Não há textos sobre a população negra antes do século XVI.

O que o ser humano representa é negado na construção do ser humano negro, colocando-o na zona de um não ser humano. Negro é sempre visto como corpo: “mulata” como vulcão sexual que você pode usar como quiser; “negão” com pênis grande em que o corpo é mais que a cabeça. Isso está na dinâmica das relações, povoa esse imaginário social hierarquizado na semântica intrínseca das relações de poder, e de poder como forma de repressão. Raça aqui entendida como categoria política, que é gerada pelo racismo, produto do racismo.

Enquadrar as pessoas negras como subalternas é como se fosse uma categoria natural. Carneiro (2005) questiona o “eu” hegemônico numa perspectiva da diferenciação entre o ôntico e ontológico. À medida que o ontológico, a essência, não incluirá o negro, este estará reduzido à aparência, ao ôntico, ao corpo, ao físico.

Ao abordar o Epistemicídio, Carneiro (2005) o teoriza primeiramente de maneira mais contundente. Convém sempre ter em mente a carta que Sueli faz ao “eu” hegemônico, logo no início de sua tese. Foucault é o mediador que ela agenciará como uma ação prática. Nesse sentido, há o modo de formação do sujeito de criar o outro para ser negado. Isso no âmbito da criação ontológica de subjetividades, da criação de relação de alteridade numa subordinação com o outro.

Por que precisamos ter uma demanda como 21 de março, no Brasil, para se debruçar sobre a questão da racialidade? Corpos continuam sendo mortos, sem justificativa. “Mantêm-se as pessoas vivas apenas para sua força de trabalho, mas não as deixam vivas em suas identidades” (MBEMBE, 2017). O resultado do racismo não é difícil de observar, mas a sua atuação prática é. Se a mobilidade social é quebrada, retiram-se as pessoas que estão vivendo agora do âmbito de possibilidade de transformação protagonista neste aspecto de mobilidade social. Romantizar a morte do outro como martírio não é bom, por isso, o interesse do movimento negro é valorizar quem está vivo. Esse discurso de “somos todos” não é nada. Não podemos ser “somos todos” depois da morte. Temos que ser “somos todos” para pessoas vivas.

A agenda que a gente faz agora é diferente. Há camadas de discursos diferentes. A camada de discurso acadêmico é diferente. Um exemplo disso, é que, após as cotas, as discussões na academia se alteraram. Até então era fácil falar dos “corpos estranhos”. Quando os “corpos estranhos” passaram a habitar a universidade, isso colocou alguns setores em defesa. Conforme Wanderson Flor do Nascimento: “O discurso que era uma categoria acadêmica vira um discurso de militância. Não tem teoria que não seja militante. Habitar o discurso desde um corpo na academia (negros que estudam na UnB) é mostrar que todo discurso se incorpora”.

Numa dissertação de mestrado, geralmente vai-se ouvir “seu discurso é muito militante”, ou ainda, discurso viciado, sujo, contaminado, militante. A

distinção binária das naturezas dos discursos é biologicamente compromissada. Os discursos interagem, uma espécie de dispositivo como proximidade e distância. A perspectiva predominante diz que racismo é uma “bobagem”, não é estruturante. No sentido de que o Brasil tem muito racismo, porém não tem racistas.

Fazer política é fazer teoria, e fazer teoria é fazer política. Teorizar e politizar não são coisas diferentes. Os primeiros desafios são que esses diagnósticos não são evidentes, entendendo-se Somatofobia como uma das formas de somatonecessidade. A questão das mortes aconteceu com Martin Luther King, Marielle Franco etc. Convém entender que o processo genocida do ocidente ainda é um processo genocida, visto que genocidas atuais matam atualmente grupos discriminados, pois precisamos de camadas psíquicas a todo momento. E alguns são vítimas potenciais a todo momento. Como criamos dispositivos para lidar com essa coisa terrível: a mortandade? Como lidar com esse caráter da violência no mundo moderno? Uma das formas mais potentes é o racismo. Em termos econômicos é mais digerível, palatável. É mais fácil ler a violência numa perspectiva da classe.

O genocídio, então, aponta como um fenômeno constitutivo da modernidade. Para a modernidade existir na América, morreram quatro milhões de pessoas na travessia marítima pelo menos. O combustível da modernidade é sangue, e sangue não europeu. E isso não é tranquilo de se lidar. Precisamos do diploma para lidar com uma zona do ser. O livro “Yurugu”, de Marimba Ani, deixa isso evidente. Expressões como dispositivo, tecnologia e estratégia atravessam o discurso de Carneiro (2005). O instrumental da cultura branca é destrutivo.

É fácil diante de um gesto totalmente violento ter gestos solidários. Em algumas semanas ninguém mais vai saber quem era Marielle Franco, só as pessoas que já lembravam dela antes. Como bem dizia Foucault: a política é a continuação da guerra.

Carneiro (2005) inicialmente pensará na relação entre sujeito, poder e saber. A criação desse sujeito não pode estar visível. O poder é uma relação que funciona no regime de uma lógica, que funciona de modo estratégico. Quem precisamos matar para acabar com o racismo? Se matarmos todos os brancos do planeta, o racismo continua. As pessoas racializadas tem de

experimentar o auto-ódio. Por isso, os movimentos trabalham com o lobby do “não se odeie” como uma antítese do funcionamento de uma lógica. É uma lógica contra negros, não de brancos contra negros, mas um mundo contra negros. Não interessa quem é o autor, mas sim quem é a pessoa que sofre.

Carneiro (2005) traduziu muitas questões, com um caráter inaugural de uma série de questões que ela introduz por meio de rupturas. O sujeito padrão inicial servirá como ponto de partida da sua negação. Antes de um corpo ser pensado em termos de sexo, ele é pensado em termos de raça.

Para o racismo não há etnia, o racista não gosta de pretos ou pardos, nem de índios de um modo geral. Em vários países sequer a discussão de racismo é preponderante. Há, na experiência da colonização, um dispositivo diferente: o discurso é responsável por criar essa racionalidade. Daí o epistemicídio é tão importante.

Quem atirou na Marielle é uma pessoa, um indivíduo, que por mais que esteja numa lógica, ele tem a individualidade. Por isso Hanna Arendt orienta que se tome partido: ou se é a favor ou se é contra a lógica. Precisa haver outras maneiras de punir ou educar o racista, senão continuaremos com racismo. Não tomar uma posição é uma responsabilidade moral de cada um. Estratégia sem estrategista não é necessariamente uma estratégia sem executores. A ideia de dispositivo é importante para Carneiro (2005) para que, a partir dessa concretude, criem-se categorias. Como efeito prático do racismo teremos exclusão, subalternização etc.

O dispositivo nunca pode ser total, precisa ter fissuras, quebras, descontinuidade. As estratégias foucaultianas estão menos interessadas em falar do racismo em si. Muito menos de tratar do racismo como Carneiro (2005) faz. Ela chama de testemunhas, não de sujeito, nem de participantes da pesquisa. Os filósofos têm maneiras muito engessadas de produzir argumentos. Por isso, a tese de Carneiro é muito criativa metodologicamente. Ontologia e Epistemologia se informam umas as outras. É importante pensar os lugares dos corpos, haja vista que o corpo é performado de um lado. A primeira crítica ao Foucault é a questão do corpo, para ela o corpo é racializado.

Assim como as mulheres serviam aos homens, os moleques negros serviam sexualmente aos filhos dos fazendeiros em Casa Grande Senzala, de

Gilberto Freyre. Há cobaias humanas em pleno século XXI, quando recentemente “picaram” populações ribeirinhas para estudar o ciclo da malária. Quem eram as pessoas dessa comunidade ribeirinha do Amapá? Todos negros. Quando se pautou o racismo nessa discussão? Nunca. Estuda-se a população carcerária, entretanto não se estuda a perspectiva do racismo. Só se faz pesquisa com pessoas negras no Brasil e na África porque elas não são consideradas humanidade. Racismo não é uma questão de bom ou de mau caráter, pode-se gostar de negros e ser racista.

Raça, cor e etnia estão no campo do ôntico (aparência), já o ser humano em si está no campo do ontológico (essência). A noção de dispositivo situa o poder numa esfera da gramática e da tecnologia, mas também é produtiva. É operada por sujeito e produz esses sujeitos que operam essas engrenagens. Uma espécie de estratégia sem estrategista. Essas lógicas beneficiam grupos de pessoas.

Ao se pensarem direitos e igualdade em abstrato, fica vago sem se nomearem os extratos de igualdade. Não se consegue pensar em estratégias de superatividade sem definir o que precisa ser superado. Nomear dá amplitude a ideias escondidas como letras minúsculas em contratos. A Metáfora do contrato social é muito potente, da maneira como lemos o estado moderno.

Ninguém está negando a ideia do contratualismo. A questão é como traduzimos este contrato para ler a experiência do ocidente. Na base do contrato racial, está a violência racial autorizada. Existe um descompasso entre as demandas da sociedade civil e o que o Estado entende como demanda da sociedade civil. Intelectuais orgânicos e movimentos sociais fazem “gritar” tais demandas, e o Estado interpreta esses gritos com determinado distanciamento. A discussão social lida com um certo horizonte da harmonia.

E o que causa a desarmonia é a discussão do racismo e não o racismo em si mesmo. A tensão em torno dos discursos da democracia racial gira como um dispositivo de silenciamento no bojo do epistemicídio. O Brasil, durante muito tempo, compôs a Europa, como Reino Unido (Portugal, Algarves e Brasil). Depois do império, alguns problemas ocorreram. Na construção do discurso de nação, não houve a questão da revolução, e esse processo

harminoso afastou-nos um pouco da realidade de outros países da América Latina.

A narrativa que prevalece é a trazida por Gilberto Freyre, do luso-tropicalismo. Esse rastreio harmônico entre as raças, ao contrário da revolução que ocorreu nos outros países latinos. Como se o colonizador acolhesse a ideia da “preta” e da “índia”. Não há a ideia do estupro, mas do direito de se fazer uso sexual de um corpo disponível. A narrativa do Gilberto Freyre é tão sofisticada que rompe com a arquitetura colonial portuguesa. Em “Sobrados e mucambos”, segundo livro da trilogia de Freyre, a mulher negra como se fosse da casa (visto como um absurdo), mucama, como se fosse da família, com certo carinho, ... figura valorizada da mulher preta. “Tia Anastácia” é vista como velha, já desprovida de atributos sexuais. O problema com os “pretos” é ter transformado os escravos em mercadoria. Não há preconceito com o corpo dessas mulheres. Os estupros foram lidos como relações consentidas.

Como também fizeram parte de um conjunto de políticas do estado para o branqueamento da sociedade brasileira. Houve políticas de fomento de vindas de europeus brancos para cá. 1988. O povo dormiu escravo e acordou coisa nenhuma, pois as pessoas não tinham terra, nem trabalho, nem documentos. Pessoas europeias brancas eram recebidas com terras, trabalho etc.

Havia a política de criminalização da vadiagem, talvez a primeira lei genocida. As pessoas eram obrigadas a trabalhar pela lei anti-vadiagem, porém as pessoas “pretas” não possuíam trabalho nem emprego. Dois ou três negros juntos já se enquadravam na lei anti-vadiagem, além da Lei do Pito do Pando, em 1830, e outras leis municipais.

Nos romances do Jorge Amado, observam-se quantos bordeis eram visitados por pessoas estrangeiras. O racismo foi instrumental antes da abolição, não começa com ela. Salvador figura como uma grande favela com o centro na praia. Ou seja, a geografia do racismo não é homogênea. Parte do Epistemicídio implicou apagar uma memória do horror da escravidão. A questão a se pensar é o quanto de sangue está no alicerce deste País. Nas palavras de Wanderson Flor do Nascimento “Só de estarmos aqui sentados, há pessoas morrendo por causa disso. Nosso salário é pago por gente que está morrendo.”

Expressões culturais africanas estão ligadas a legislações municipais inibidoras. Podemos partir de outros aspectos legais além da Constituição Federal de 1988. Se tem uma coisa que é difícil é discutir mestiçagem. Os conflitos entre os “mestiços” e os “pretos” surgiram para a ideia de quem é o beneficiário das políticas de ação afirmativa. Enquanto os “pretos” e os “pardos” estão brigando, os brancos fraudulentos aproveitam, no nosso imaginário pigmentocrático. A branquitude que se instaura nos lugares advém da lógica de que o mestiço ou nasceu do estupro ou da política estatal de europeização, de eugenia. Aqui entendamos essa Miscigenação como um projeto racista e a Branquitude como supremacia branca.

Carneiro (2005) localiza o pardo numa parte do dispositivo de parcialidade fundado no ponto do estupro. Como a lógica funcionou? Como uma política do estado de exterminar os negros após a abolição. Uma estratégia eugênica de branqueamento de um lado e um dispositivo de violência de outro.

O pardo é, portanto, a expressão de uma violência racial. A figura do pardo ocupa um lugar de não ser em relação à branquitude e está num lugar de não ser em relação à negritude. Porque ele foi criado para acabar com a negritude. E a lógica do racismo é que é preciso reduzir para negar com mais facilidade. Reduzir várias categorias à categoria pardo constitui um mecanismo mais fácil de negação.

Mbembe (2017) afirma que, na Biopolítica, define-se quem deve viver e quem se deve deixar morrer. Na experiência colonial isso acontece mais para informar a sociedade internacional, pois há uma política que é pensada para ser assim. É preciso guardar na memória o holocausto como evento trágico para que não volte a se repetir (Necropolítica).

As guerras são linguagem do cotidiano, não são eventos isolados. O racismo estrutural se dissolve nas relações sociais. Como a gente nomeia as formas de opressão: racismo, lgbtfobia, as violências têm nome. O documentário “A primeira pedra” fala sobre os processos de linchamento. Linchamento enquanto justiça feita pelas próprias mãos, o direito de matar para fazer justiça, os linchados carregam o estigma. Para Mbembe (2017), não faz muito sentido usar o estigma em populações tidas como não humanas: como os negros, lgbt, índios, quilombolas e afins.

As pessoas negras não são consideradas negras. Assim, a categoria de estigma não é uma boa categoria, a população negra está no campo da abjeção e não da subjeção. Defende-se o crime do linchamento devido a se justificar por ser praticado pelo dito “cidadão de bem”, e também por ser o linchado um não sujeito, uma coisa, um bicho, um corpo.

Temos uma grande dificuldade de pensar políticas de inclusão para a juventude negra. Na periferia há cada vez menos linhas de ônibus, por exemplo. Temos de ter o negro, o pardo, o índio, o preto como sujeitos sociais com agir próprio e autônomo, e suas vidas valorizadas, e não suas mortes espetacularizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o poder constitui forte alicerce das relações que tendem à repressão. A lógica do poder se estruturou para segregar o que não atendeu ao padrão hegemônico.

Essa lógica da repressão influenciou diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentou nas relações padronizadas de soberania e eugenia.

Surgiu, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno.

Nesse sentido, este artigo teve por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

A metodologia desta pesquisa pautou-se em pesquisa bibliográfica, visto tratar-se de um artigo de revisão de literatura. Dentre outros autores, constituem a base dessa discussão: Michel Foucault, Aparecida Sueli Carneiro e Achille Mbembe.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Metodologia Científica e Redação Acadêmica*. 6.ed. Brasília: JRG, 2015.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O poder como repressão da sexualidade: uma releitura a partir de Michel Foucault. *Revista Hegemonia Unieuro* (Brasília), v. 2, p. 25-51, 2010.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Padrão heteronormativo: reconhecimento e cidadania como estratégias de superação. *Revista de Axiologia Jurídica da Faculdade Processus*, v. 01, p. 173-190, 2011.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. (Tradução de Marta Lança) Portugal: Antígona, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* São Paulo: Instituto Piaget, 1990. p. 215.